

**EXCELENTÍSSIMO(A) SR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXX/DF.**

**PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO - ART. 71 DO ESTATUTO DO  
IDOSO (LEI 10.741/2003)**

**Fulano de tal**, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, endereço de e-mail: XXXXXXXXXX, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 747, I do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/16), sob o patrocínio da **Defensoria Pública do Distrito Federal**, propor

<p><b>AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA</b></p>
---

em face de **Fulano de tal**, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n.º XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na

XXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXXXXXX, endereço de e-mail: XXXXXXXXXXXX, em decorrência dos motivos a seguir expostos.

## **I - DOS FATOS**

A Requerente é filha da Requerida, a qual possui **XX anos de idade**, por conseguinte, trata-se de pessoa idosa.

A Requerida foi casada com o Sr. Fulano de tal, que veio a óbito em XX/XX/XXXX, consoante certidão de óbito anexa.

Além da Requerente, da união do casal adveio também, o filho Fulano de tal.

Com o falecimento do ex-marido, a interditanda se tornou pensionista, desfrutando de rendimentos mensais líquidos equivalentes a **R\$ XXXXXX** (XXXXXXX), consoante prova comprovante de rendimentos de beneficiário de pensão referente ao mês de XXXXXX de XXXX, anexo.

A idosa padece de diabetes mellitus, trombose e a filha, ora Requerente, sempre acompanhou o tratamento médico da genitora.

Acontece que, em XXXXXXXX de XXXX, a idosa, enquanto realizava lanche em uma das lojas de fast food do XXXXX, conheceu Fulano de tal, de XX anos, com quem iniciou relacionamento em meados XXXXXX de XXXX.

Apesar de ter iniciado o relacionamento em XXXXX de XXXX, os filhos somente tiveram conhecimento do envolvimento amoroso da Requerida, em XX de XXXX de XXXX, data em que a idosa convidou os filhos para um jantar em sua residência alegando ter uma revelação a ser feita.

Naquela noite os filhos foram surpreendidos com a informação do relacionamento da idosa com um homem XX (XXXX) anos mais jovem, que não tem qualquer vínculo empregatício, tampouco renda para sobreviver.

De lá pra cá, com o acontecimento, o relacionamento entre mãe e filho, mudou completamente. Vários impactos negativos foram acrescentados à vida da idosa, que deixou de fazer acompanhamento médico, mudou sua rotina, suas prioridades, conceitos e valores, passando a dedicar-se com exclusividade ao namorado, tornando-se uma pessoa irreconhecível diante de suas atitudes.

No dia XX/XX/XXX, o Sr. Fulano de tal, preocupado com a idosa, já que antes de iniciar o relacionamento, eles mantinham convívio diário, aproveitando que possuía a chave do apartamento da genitora, acessou o bem. Mas como não a encontrou nos cômodos da casa, tentou abrir as portas que davam acesso aos quartos, percebendo que se encontravam trancadas pelo lado de dentro.

Assustado com a situação atípica, pressupondo que poderia está acontecendo algo grave com a mãe, já que o Sr. Fulano de tal e a Requerente sempre tiveram livre acesso à residência da idosa, resolveu bater na porta do quarto.

Mas para a surpresa do filho, descobriu que o namorado da idosa se encontrava escondido no banheiro.

Preocupados com a mudança de comportamento da idosa, que passou a omitir e mentir aos filhos, eles resolveram fazer uma reunião familiar e questionar sobre os dados e informações referentes ao namorado da Requerida (nome completo, profissão, família).

Mesmo tendo conhecimento de que o suposto namorado não possuía emprego, a idosa omitiu tal fato aos filhos. Ela alegou que Fulano de tal era palestrante, fazendeiro e médico psiquiátrico em XXXXXXXX/GO. O que tempos depois foi confirmado por ela que se tratava de uma declaração mentirosa.

Diante às várias indagações do Sr. Fulano de tal e da Requerente, o Sr. Fulano de tal chegou a dizer que estava sofrendo perseguição pelos filhos da idosa.

A partir daquele dia (XX/XX/XXXX), os filhos que sempre tiveram livre acesso, mantendo a posse das chaves da residência da genitora, foram impedidos de adentrarem às dependências do condomínio sem a permissão e comunicação prévia da idosa.

Decisão que seria perfeitamente compreensível se houvesse sido comunicada aos filhos com antecedência. Fato este que não ocorreu, eis que somente foram surpreendidos com a determinação da idosa ao serem barrados na portaria do condomínio, local este, que, convém destacar, seus filhos foram criados, passaram toda a sua infância e juventude, saindo de lá, somente após contrair matrimônio.

A partir dessa data, os filhos começaram a procurar órgãos públicos que pudessem ajudar a obter informações sobre o namorado da idosa.

Antes da relação com o Sr. Fulano de tal, a Requerente, que antes mantinha quantia considerável guardada em conta bancária, gastou todo o valor e o seu rendimento passou a não ser suficiente para cumprir com suas despesas mensais.

Logo no início do relacionamento, a idosa começou a demonstrar seus primeiros sintomas de descontrole financeiro. Em XXXXXXXX de XXXX, ela possuía um rendimento mensal equivalente a R\$ XXXXXX (XXXXXXX) e fez um débito de R\$ XXXXXX (XXXXX) no cartão de crédito, ou seja, comprometeu quase **XX%** de sua renda, conforme demonstrado no extrato mensal anexo.

Em XXXXX de XXXXXX, a idosa contratou empréstimo no valor de **R\$ XXXX** (XXXXXX).

No decorrer do ano, mesmo com a contratação de grande monta, a idosa continuou a gastar descontroladamente.

Em XXXXXXXXX de XXXX, a idosa utilizou o montante de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXX) do limite de seu cheque especial, como pode ser constatado por meio do extrato bancário do mês de XXXXXXXX de XXXXX, juntado a inicial. Fato este que, vale ressaltar, jamais havia se configurado em sua vida financeira.

A incapacidade de administrar o seu patrimônio é aparente. A idosa vem realizando despesas supérfluas e também viagens em seu veículo particular. O que causa estranheza aos filhos, uma vez que a Requerida sempre repudiou viagens realizadas em veículo automotor, preferindo a praticidade e rapidez de viagem por meio de avião. Contudo, em XXXXX de XXXX, ela conduziu sozinha o seu veículo no percurso de XXXXXX/MG, XXXXX/SP, XXXXXXXX/SC, XXXXXX/RS, XXXXX/RS e XXXXX/RS, XXXXXX/RS, já que Fulano de tal não possui habilitação.

Ademais, no comprovante de rendimentos de beneficiário de pensão da idosa referente ao mês de XXXXXXXX de XXXXXX, constam XX (XXXX) empréstimos consignados: X

(XXX) com parcela mensal de R\$ XXXXXX com prazo de XX (XXXX) prestações; e outro com parcela mensal no valor de R\$ XXXX (XXXXXXXX) em XX prestações.

Inclusive, os filhos tiveram conhecimento de que o casal estaria programando viajar mais uma vez no veículo particular da idosa, para passar as festividades de final de ano (XXXXXX de XXXX) na cidade de XXXXX/MG e depois seguir para o Estado do XXXXXXX.

Todas as viagens são pagas exclusivamente pela idosa. Tais fatos reforçam as alegações da Requerente de que Fulano de tal está aproveitando da convivência diária para conquistar o seu afeto e obter vantagens com viagens, presentes, lanches e refeições diárias arcadas pela namorada.

Somado a tudo isso, é relevante considerar a forma “casual” como a Requerida e o Sr. XXXXXX se conheceram. O fato de ele ter se inserido imediatamente em sua vida, bem como a situação de vulnerabilidade que se alastrou na vida da idosa em tão pouco tempo (XX meses), colocando-a em situação de risco eminente.

Agravando ainda mais a situação, há notícias de que Fulano de tal manipule a idosa de tal forma que ela se afastou completamente de seu núcleo familiar. Com o início do relacionamento, houve uma ruptura de convivência da idosa com os filhos e os netos.

Feitas tais considerações, a preocupação dos filhos com as atitudes da genitora tem fundamento, pois ela percebe uma pensão de mais **R\$ XXXX** (XXX) e seus gastos sempre foram cumpridos em dia, o que deixou de ser. A idosa, por dilapidar todos os seus recursos financeiros, deixou de cumprir

com a despesa de seu plano de saúde por alguns meses. Atitude reprovável, diante da idade avançada e problemas de saúde que a idosa possui.

Em XXXX de XXXX, os filhos, em busca de ajuda, procuraram a Central Judicial do Idoso, sendo realizadas por aquele órgão várias intervenções, convocando familiares da idosa, a idosa e do Sr. Fulano de tal.

Em comparecimento naquele órgão, o Sr. Fulano de tal chegou a declarar que:

*Mora numa quitinete localizada na XXXX (não soube ou não quis informar o endereço). É empresário e consultor no ramo alimentício de café.*

*Sua renda entre R\$ XXXXX a XXXX mensais advém da consultoria dessa função e também recebe uma herança.*

*Não quis se submeter a concurso público em face de sua vocação empreendedora.*

*Sobre o relacionamento com a idosa, declarou que não é casamento, mas sim namoro.*

Confrontando as informações repassadas pelo Sr. Fulano de tal sobre seus rendimentos mensais (consultoria+herança), em comparecimento àquela Central Judicial do Idoso, o seu irmão, Sr. Fulano de tal declarou que:

*Fulano de tal jamais trabalhou com vínculo empregatício e é sustentado pela família que doa a ele uma espécie de mesada no valor de **R\$ XXXX** (XXXXX), sendo que eles também pagam o aluguel do imóvel que ele reside.*

*Dinheiro este, que é buscado por Fulano de tal na casa de sua genitora, todo final de mês.*

*Acredita que Fulano de tal tenha transtorno de comportamento, mas não conseguiu comprovar, diante da recusa do irmão em buscar ajuda médica.*

*Há X anos, emprestou a Fulano de tal o valor de R\$ XXXXX (XXXX) com a finalidade dele “montar” uma empresa. Mas que não sabe se deu certo, pois Fulano de tal alega ainda não ter ressarcido o montante emprestado em virtude do dinheiro se encontrar bloqueado.*

*Sobre os relacionamentos amorosos do irmão, informou que ele gosta de namorar mulheres mais velhas.*

Nota-se, portanto, um verdadeiro descompasso entre a realidade vivida por Fulano de tal.

Cumprе ressaltar que os filhos cederam os direitos advindos da herança do genitor Fulano de tal á idosa. Devido a isso, o imóvel hoje residido por ela, contempla integralmente o seu patrimônio. Porém, os filhos tiveram conhecimento de que a idosa estaria cogitando a hipótese de se desfazer do imóvel.

Conquanto, os filhos não terem certeza das verdadeiras intenções do Sr. Fulano de tal com a idosa, outro agravante seria que, o C.P.F do Sr. Fulano de tal se encontra suspenso junto á Receita Federal, consoante comprovante anexo.

Por oportuno, convém ressaltar que a única filha do Requerido concorda que o Requerente seja o Curador, consoante



declaração realizada de próprio punho, acompanhada de cópia de seus documentos pessoais (Carteira de Identidade e C.P.F).

Assim, considerando que o comportamento da Sra. Tania nos permite classificá-lo como pródiga, não tendo ela condições de administrar seus próprios bens, faz-se necessária a propositura da presente ação de interdição, a fim de impedir a ocorrência de danos ao seu patrimônio, ou ficar sem dinheiro para atender nem mesmo as suas necessidades básicas.

## **II - DOS BENS E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A interditanda é pensionista do órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e rendimentos mensais líquidos equivalentes a **R\$ XXXXXX** (XXXXXX), conforme faz prova comprovante de rendimentos de beneficiário de pensão anexo referente ao mês de XXXXXXXX de XXXX.

Também é proprietária do imóvel situado na XXXXXXXX/DF.

A respeito do veículo utilizado pela idosa, apesar de já existir o formal de partilha do espólio de seu esposo falecido, o automóvel XXXXXXXX, Marca XXXXX, Ano XXXXXXXX, Renavam XXXXX, placa XXXX, constante de seu patrimônio ainda não foi transferido para o nome da Requerida.

A conta bancária de titularidade da Requerida, onde são depositados seus rendimentos, tinha saldo, em XX/XX/XXXX, no valor correspondente a **R\$ XXX** (XXXXXXX), consoante comprovante de extrato de conta corrente n.º XXXXXX, de

titularidade da idosa, junto á Instituição Financeira da Caixa Econômica Federal (CEF) - Agência XXXXXX.

Quanto às dividas da idosa que a Requerente tem conhecimento referem-se aos empréstimos consignados nos rendimentos de beneficiário de pensão, o limite de seu cheque especial, e débitos referente ao veículo em comento:

<b>Empréstimo Consignado</b>	<b>Quantidade de Parcela</b>	<b>Valor da Parcela</b>
	XX	R\$ XXXX
	XX	R\$ XXXXX
<b>Valor cheque especial utilizado</b>		R\$ XXXX
<b>Débitos Detran</b>		R\$ XXXXX
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ XXXXXXXX</b>

### **III - DA LEGITIMIDADE ATIVA**

No caso em tela, a Requerida consente que outrem, aproveitando de sua carência e vulnerabilidade, de forma manipuladora, utilize toda a sua pensão, deixando a si mesma numa situação de escassez de recursos financeiros, tendo que contrair empréstimos de altos valores para atender suas necessidades básicas necessárias a sua sobrevivência.

A idosa, gasta e destrói de forma desordena um rendimento mensal de mais de R\$ XXXXX (XXXXXXXX) e tem fortes indícios de que pensa em vender seu único bem imóvel, podendo com isso, por sua culpa, acarretar uma perda patrimonial a ponto de reduzir-se á miséria, ficando sem ter onde residir.

Os limites da interdição do pródigo são estabelecidos pelo art. 1.782 do Código Civil, que estatui o seguinte:

Art. 1.782. A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.

Diante da situação exposta nessa petição, faz-se necessário que a Requerida receba sua pensão através de curador a quem incumbirá ter a posse do cartão de conta bancária e a administração dos valores, porquanto os fatos já narrados nesta exordial demonstram que os prejuízos à Interditanda são causados principalmente por meio da utilização de seu cartão bancário, com o qual contrai altos empréstimos e dilapida todo o seu rendimento mensal e extrapola o limite de seu cartão de crédito.

Desse modo, a proteção ao patrimônio da Requerida somente pode ser efetivada com a sua privação de uso do cartão, devendo todas as movimentações em sua conta bancária serem realizadas pela pretensa curadora.

Nos termos do Código de Processo Civil a interdição poderá ser promovida por parentes (art. 747, II do CPC). É o caso, **dado que a Requerente é filha da Requerida.**

*Art. 747. A interdição pode ser promovida:*

*I - pelo cônjuge ou companheiro;*

**II - pelos parentes ou tutores;**

*III - pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;*

*IV - pelo Ministério Público.*

*Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição inicial.*

A prodigalidade é desvio da personalidade, por meio da qual o indivíduo dissipa seu patrimônio sem responsabilidade, sem juízo e também fazendo gastos abusivos e anormais.

O processo de interdição, nesse caso, visa a proteger a idosa de pessoas gananciosas e mal intencionadas que querem apenas usufruir de seu dinheiro e bens.

A alienação dos bens e recursos financeiros da idosa em nada contribuiu para que sua qualidade de vida fosse melhorada. Pelo contrário. A idosa que antes mantinha uma vida saudável e dieta equilibrada, após o relacionamento amoroso com Hebert, começou a frequentar, habitualmente, restaurantes e cafeterias luxuosas e razão disso, a idosa, que é portadora de diabetes estaria com os níveis de glicemia descontrolada (284 mg/dl).

Portanto, se faz necessário a proteção à idosa, especialmente nos casos em que seja incapaz para a prática de atos na vida civil, necessitando ser interditada, encontrando-se, por hora, em verdadeira situação de risco.

#### **IV - DA TUTELA DE URGÊNCIA**

Pede-se a Tutela de Urgência, de acordo com o art. 300 do CPC, *in verbis*:

*“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”*

*§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.*

***§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.”***

O perigo de dano e/ou o risco de resultado útil é evidente, já que a Requerida mostra-se incapaz de cuidar de suas finanças e que está, sendo seriamente prejudicada pelo namorado, comprometendo a sua própria sobrevivência. Porquanto, é imperiosa a antecipação da tutela ao final pleiteada, com a nomeação de curador provisório, com poderes para administrar seus bens e gerir sua vida.

Ademais, a possibilidade de deferimento de antecipação de tutela é perfeitamente compatível com o processo de interdição por prodigalidade, provando que corre sérios riscos da interditanda se desfazer do único bem imóvel, dilapidar todo o seu patrimônio e renda, ou até mesmo vir a outorgar poderes ao namorado, de modo a comprometer seriamente o seu futuro.

Nesse sentido, é o julgado do Egrégio Tribunal do Rio Grande do Sul

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. CURATELA PROVISÓRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DEFERIMENTO. PRODIGALIDADE. Presentes os requisitos autorizadores da concessão da antecipação de tutela constantes do art. 273 do Código de Processo Civil, cabível a decretação da curatela provisória do interditando, considerando a presença de suficientes indícios de prodigalidade, mostrando-se tal medida adequada e pertinente, ao menos até que aporem aos autos maiores elementos acerca da necessidade de manter-se a curatela para fins de resguardo dos interesses patrimoniais do requerido. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70066619255, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 23/09/2015).

## **V - INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

A Requerente não possui qualquer impedimento que lhe impeça de exercer a curatela, pois não responde a processo criminal e não exerce função pública incompatível com o posto de curador. Ademais, a única filha do Requerido o elegeu para assumir o encargo e sua irmã Leila não possui condições de assumir o *múnus*.

## **VI - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, **REQUER:**

a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente hipossuficiente, consoante declaração anexa;

b)Seja dada **prioridade à tramitação** do presente feito, nos termos do art. 71 da Lei nº 10.741/03;

c) A concessão da tutela provisória de urgência, com fulcro no art. 300 do CPC, interditando-se a Requerida e concedendo a curatela provisória deste á Requerente, para que possa legalmente reger a vida do Interditando, face aos problemas de saúde que o acometem, sendo-lhe deferido prestar o compromisso legal;

d)A intimação do Ilustre representante do Ministério Público, a fim de tomar conhecimento deste pedido e acompanhá-lo em todas as suas fases;

e)Seja nomeado perito para proceder ao exame da Interditanda, caso entenda necessário;

f)A citação da Requerida para, em dia designado, comparecer perante o juiz, para entrevista, e oferecer defesa, nos termos do artigo 751 do CPC;

g)A procedência do pedido, interditando-se definitivamente a Requerida, bem como nomeando a Requerente para exercer o *múnus* de curador, representando-o para todos os atos da vida civil, expedindo-se mandado de averbação ao competente Cartório de Registro Civil para que promova a inscrição da Sentença para sua regular publicação, nos termos do art. 755, p. 3º do C.P.C;

Requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, mormente pelos documentos ora juntados.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXX** (XXXXXXXXX) meramente fiscais.

Nestes termos,  
Pede-se Deferimento

---

**FULANO DE TAL**  
Requerente

---

**FULANO DE TAL**  
Defensora Pública



## **DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA**

**Fulano de tal**, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXX SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n.º XXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXX/DF, CEP: XXXX, telefones: XXXXXXXX, endereço de e-mail: XXXXXXXXX, declara, com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil), que não possui condições econômicas e financeiras para arcar com as custas

processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de sustento próprio ou da família, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até 10 (dez) vezes os valores das custas judiciais sonegadas.

Declara, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudanças de endereço, comunicará imediatamente ao juízo.

Igualmente, compromete-se a comparecer quinzenalmente ao fórum e/ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do art. 485, inciso III do Código de Processo Civil, o processo poderá ser extinto sem julgamento de mérito quando o autor deixar de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXXX/DF, XX/XX/XXXX.

---

**FULANO DE TAL**